

Pautas do Setor de Irrigação no Congresso Nacional

Jordana Girardello
Assessora Técnica
Comissão Nacional de Irrigação





Criada durante o 8º Fórum Mundial da Água, em 2018/DF/Brasil

Objetivo:

- Atuar no âmbito político, técnico e econômico
- Defender e representar os interesses do agricultor irrigante
- Composta por representantes das Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária e por entidades civis ligadas ao setor da irrigação

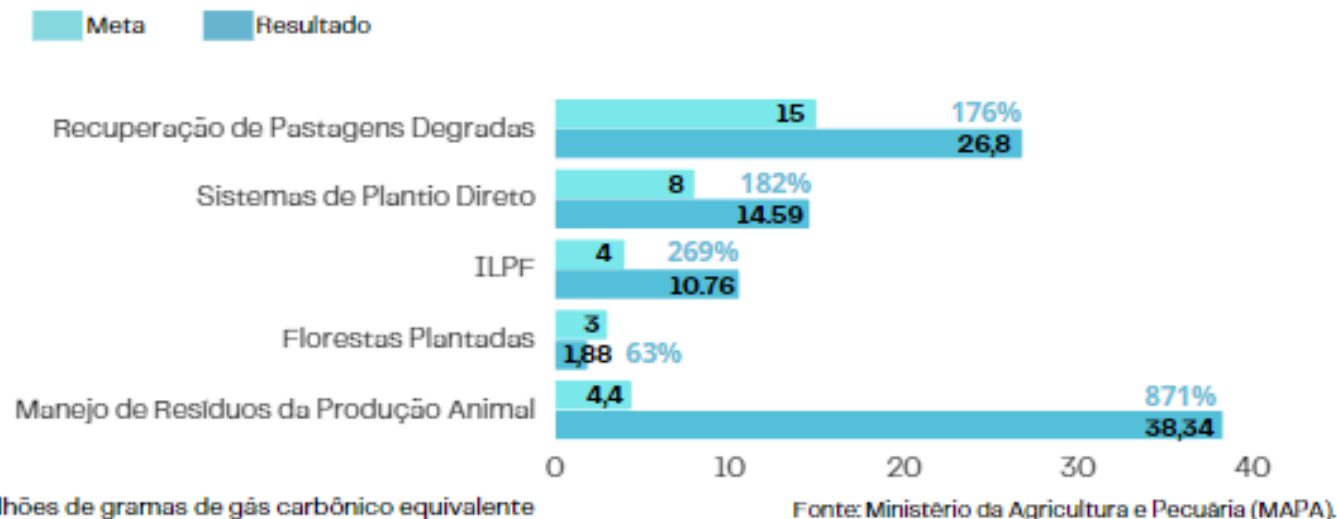
Ações:

- Promoção à reservação de água como atividade de segurança alimentar
- Uso de tecnologias para melhorar eficiência dos sistemas nas atividade agropecuária
- Propõe soluções e promove articulações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e demais órgãos e entidades do setor



Plano ABC

Metas e resultados do Plano ABC (2010-2020) (milhões de hectares)



Metas do Plano ABC+ (2020-2030)

TECNOLOGIA ABC+	META (MILHÕES DE HA)	META MITIGAÇÃO (MILHÕES MG CO2 EQ)
Recuperação de Pastagens Degradadas	30	113,7
Sistemas de Plantio Direto	12,58	12,1
ILPF	10	34,1
Florestas Plantadas	4	510
Manejo de Resíduos da Produção Animal	208,4 milhões de m3	277,8 milhões de m3
Terminação Intensiva	5 milhões de animais	16,24 milhões de animais
Sistemas Agroflorestais	0,1	37,9
Bionsumos	13	23,4
Sistemas Irrigados	3	50

O Produtor Rural é um agente fundamental para o cumprimento da NDC brasileira. A propagação das práticas sustentáveis já adotadas pelo agro brasileiro e o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas de fixação de carbono no solo são a base para que o agro seja reconhecido como parte da solução para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Vale notar que a adoção de práticas sustentáveis na produção agrícola tem se tornado um diferencial competitivo, tanto no mercado internacional quanto no nacional, e sua adoção pode beneficiar os produtores.



Objetivo: Segurança hídrica

Projetos	Encaminhamentos
1. PL 2168/2021 na Câmara	Aprovado na CCJC
2. PL 1282/2019, aprovado no Senado e na Câmara está na CAPADR	Ajustes necessários: <ul style="list-style-type: none">• Infraestrutura de acumulação de água é para evitar situação de escassez e o PL coloca como condição que o estado tendo registro de déficit hídrico nos últimos 5 anos;• Limita os barramentos para imóveis até 25 módulos fiscais;• Imputa uma recomposição que deve ser vista no ato de sua licença ambiental e não como uma regra engessada;• Ajuste redacional pois pequenos reservatórios podem ter autorizações simplificadas que não levam nome de outorga



Objetivo: Segurança hídrica

Projetos	Encaminhamentos
3. Linha de crédito para financiamento de barramentos (dentro da linha ABC)	<ul style="list-style-type: none">• Projetos de lei que criem diretrizes ou obriguem a criação de linhas específicas acessíveis;• Destinação de emendas parlamentares e promoção de audiências públicas;
4. Ajustes necessários na Política Nacional de Segurança de Barragem	<ul style="list-style-type: none">• Desde a alteração sofrida em 2020 pequenos barramentos passam a responder por todo o trâmite de grandes barragens como as de abastecimento público;• Revisar os critérios de classificação de portes, a fim de diferenciar pequenos usos de grandes usos.



Objetivo: Segurança hídrica

Projetos	Encaminhamentos
5. Cessão onerosa da água (PL4546/2021 Câmara, PL2668/2022 Senado)	Ressalvas <ul style="list-style-type: none">• Impacto socioeconômico;• Fortalecimento de setores menos pulverizados;• Mercado de água.
6. PL5085/2020 Câmara	Negativo <ul style="list-style-type: none">• Irrigação é uma tecnologia e não uma atividade autônoma;• Quando tem uso de água o associado à uma tecnologia o necessário é a outorga ou autorização pelo uso da água.



Objetivo: Energia elétrica

AÇÃO	RESULTADO ESPERADO
1. Aprovar na Câmara o PL 2045/2021, PL 6338/2019 e PDL 7/2019	<ul style="list-style-type: none">• Garantir subsídios aplicados às atividades de irrigação
2. MP 1300/2025	<ul style="list-style-type: none">• Garantir o horário noturno da irrigação;• Possibilitar valores diferenciados para consumo de energia da rede quando estiver em sobrecarga.
3. Lei Nacional de Irrigação nº 12.787/2013	<ul style="list-style-type: none">• Garantir em Lei as modalidades de desconto da tarifa de energia para irrigação;• Criar um programa específico que garanta as tarifas especiais de energia para irrigação



Obrigada

Jordana Girardello
Assessora Técnica
Comissão Nacional de Irrigação
jordana.girardello@cna.org.br
(62) 9 9903-9680

